

SEXUALIDADE NA INFÂNCIA A PARTIR DA LEGISLAÇÃO: o papel da escola na orientação sexual

Luana Jarduli Moreira*
Terezinha Richartz**

RESUMO

Este artigo se justifica porque a escola é uma instituição que deve se preocupar com a formação integral dos alunos. Desta perspectiva, a criança começa a manifestar sua curiosidade em relação à sexualidade na escola, por meio de suas relações afetivas, de acordo com o contexto em que está inserida. Por isso, o objetivo desta pesquisa é discutir a importância de a escola trabalhar a orientação sexual no Ensino Fundamental I, a partir do que propõe a legislação. Este propósito foi conseguido através de pesquisa bibliográfica especialmente na legislação, livros e artigos científicos. Os dados apontam que os documentos oficiais propõem que a orientação sexual seja trabalhada como um tema transversal, especialmente de forma multidisciplinar, já que a temática envolve várias dimensões da pessoa e também recebe influência do contexto histórico. O docente é uma pessoa fundamental nesse processo de exploração e descobertas, cabe a ele a função de discutir, orientar e esclarecer todas as indagações propostas pelos alunos, assim, ele deve apresentar conhecimento prévio sobre o tema, considerando a dificuldade de abordagem do assunto.

Palavras chave: orientação sexual. PCN. BNCC. Temas transversais.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um espaço privilegiado de interação social em que a diversidade de ideias costuma vir à tona. Por isso, a questão da orientação sexual deve ser trabalhada na escola para ajudar os discentes na compreensão do seu desenvolvimento físico, psicológico e emocional. Como o tema é polêmico e encontra resistência em algumas famílias e até em setores da

* Aluna do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Sul de Minas. E-mail: luanajmoreira@hotmail.com

** Dra Terezinha Richartz, professora do Centro Universitário do Sul de Minas. E-mail: terezinha.richartz@professor.unis.edu.br

sociedade, pergunta-se: como a orientação sexual pode ser trabalhada na escola, no Ensino Fundamental I, a partir do que propõe a legislação?

Esta pesquisa será realizada a partir de pesquisas bibliográficas. Segundo Gil “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (2002, p. 44).

A intenção é buscar, nos documentos que regulamentam a atividade docente, subsídios para a discussão da temática.

2 ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA AS CRIANÇAS A PARTIR DOS PCNs E DA BNCC

A orientação sexual para crianças é um tema que gera polêmica porque muitos acreditam que este tipo de conteúdo pode levar a práticas sexuais inoportunas. O Ensino Fundamental I começa a partir dos seis anos, conforme prevê a Política Nacional De Educação. Desta forma, os alunos até o final do Ensino Fundamental I serão considerados crianças pela legislação. De acordo com o Art. 2 do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos. (BRASIL, 2017). Como a criança passa parte significativa do tempo no ambiente escolar, é importante discutir como a orientação sexual deve ser tratada a partir da legislação vigente, para que professores e pais possam ter clareza do papel da escola nesta seara.

A orientação sexual, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), deve ser abordada como tema transversal (BRASIL, [2001?]). Mas afinal do que trata a transversalidade?

“Trata de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano” (BRASIL, 1998, p. 26).

Desta forma, a sexualidade faz parte da vida dos sujeitos durante toda a vida e por isso o assunto deve ser trabalhado na escola.

Os PCNs também apresentam a finalidade do trabalho de Orientação Sexual que é contribuir para que os discentes possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Essa temática está relacionada ao exercício da cidadania, quando propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos,

como a saúde, a informação e o conhecimento, considerados fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades. (BRASIL, [2001?]).

Falar do respeito ao seu corpo e ao corpo do outro é fundamental numa sociedade que objetifica as relações. Muitos sujeitos por não compreenderem a importância da sexualidade se agredem e, muitas vezes, agem com violência em relação ao corpo do outro. Se forem trabalhados de forma adequada, muitos problemas relacionados à violência sexual poderiam ser evitados.

Dessa forma, como a sexualidade faz parte da vida das pessoas, precisa ser trabalhada desde a infância. Considerado ainda um tema polêmico por muitos, os PCN apontam o caminho de como a escola deve abordar a temática.

O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. [...] Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. Tal postura deve, inclusive, auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser mantido como uma vivência pessoal. Apenas os alunos pelo professor ou orientador na escola e, dentro desse âmbito, poderá ser discutido um possível encaminhamento para atendimento especializado. (BRASIL, [2001?], p. 83).

Desse ponto de vista, a escola apresenta um papel complexo nessa importante formação. É preciso muita cautela e atenção aos questionamentos trazidos pelas crianças. Cabe aos profissionais acolher e orientar de forma correta, sem gerar constrangimento. A instituição deve proporcionar todo cuidado e proteção para que os menores se sintam livres. Cabe aos professores, promover e estruturar espaços de participação e interação entre seus alunos, elaborados a partir do respeito e da escuta. (RYCKBUSH, 2011). Segundo o PCN, a escola, ao definir o trabalho com orientação sexual como uma de suas competências, deverá incluir no seu projeto educativo, os princípios que determinam a postura diante das questões relacionadas à sexualidade, como as manifestações na escola e a escolha de conteúdos a serem trabalhados. (BRASIL, 1998).

A orientação sexual oferecida pela escola também deve trabalhar com as crianças as repercussões das mensagens transmitidas pelas mídias, pela família e pelas demais instituições da sociedade, completando assim, as informações que já possuem, sempre criando possibilidades de o aluno formar sua própria opinião, conhecer e respeitar a opinião alheia. (BRASIL, 1998).

A sexualidade hoje em dia ainda está rodeada de tabus e preconceitos. Por isso deve ser trabalhada com certo distanciamento das questões pessoais, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. “A escola deve informar, problematizar e debater os diferentes tabus,

preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando não a isenção total, o que é impossível, mas um maior distanciamento das opiniões e aspectos pessoais dos professores para empreender essa tarefa.” (BRASIL, [2001?], p.302).

Como a sexualidade deve ser abordada como tema transversal, cabe aos profissionais responsáveis pela formação da criança, possuir domínio sobre a prática de ensinar e aplicar conceitos relacionados a este tema.

No contexto escolar, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) orientam que a sexualidade seja trabalhada através de temas transversais, ou seja, pode ser inserida em qualquer área de conhecimento e, mais aprofundada nas situações em que o aluno se sentir interessado e necessitar de orientações. Nesse caso, há que se pensar em como deve ser a prática pedagógica do professor para lidar com tal temática. Então, entende-se que a transversalidade demanda do professor o domínio não apenas da matéria programada, mas de conhecimento de conteúdos específicos das disciplinas curriculares inseridas nos temas transversais que fogem, por sua vez, da especificidade que está habituado a lidar em sua prática do cotidiano (MOIZÉS; BUENO, 2010).

O aprofundamento teórico sobre as questões contidas no trabalho de Orientação Sexual mostra que elas devem ser trabalhadas de forma multidisciplinar com contribuições de diferentes áreas do conhecimento. (BRASIL, [2001?]).

Assim, de acordo com os PCNs, “O trabalho de Orientação Sexual deverá, portanto se dar de duas formas: dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema”. BRASIL, [2001?], p. 88).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não traz uma orientação específica sobre a orientação sexual. Mas na Competência 9, temos como pensar um currículo escolar voltado para a Orientação Sexual.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 10).

Ao propor se respeitar e respeitar o outro, a BNCC traz elementos semelhantes aos PCNs, apontando para um caminho de como a sexualidade pode ser abordada. Inclusive nos temas Contemporâneos Transversais, a BNCC traz a saúde como um tema importante, que também acaba impactando diretamente na orientação sexual, já que a saúde reprodutiva pode ser abordada.

As escolas devem considerar que somos sujeitos em formação, e, sendo assim sofremos alterações ao longo do nosso crescimento. Vale lembrar que enquanto ser social, vivenciamos de tudo, das mais variadas formas, e com isso somos moldados pela instituição e, por meio de nossas relações, passamos a estabelecer regras e normas para viver em sociedade. As escolas, assim como os sujeitos que nela atuam e frequentam, estão expostas a mudanças, pois a cada momento passa por um comportamento diferente. Cabe aos profissionais adquirir cada vez mais conhecimento sobre a sexualidade, já que esta é um assunto complexo e muito questionado frequentemente, para que assim os alunos possam se conhecer e prevenir, garantindo para si uma vida muito mais feliz.

O diálogo é a ferramenta básica no processo de educar para a sexualidade. Há crianças e adolescentes que perguntam muito, outras nada interrogam e outras, ainda, precisam de um ambiente encorajador para levantar questões. Todos devem ser considerados, são seres sexuais, portanto devem ter acesso a material informativo sobre a sexualidade e dispor de bibliografia adequada à idade em que se encontram. (MOIZÉS; BUENO, 2010, s. p.).

Assim, com uma abordagem adequada teremos crianças muito mais conscientes da sua sexualidade. Mas, conforme já mencionado, devido aos tabus existentes na temática, a parceria com a família é peça fundamental. É o que veremos no próximo tópico.

3 PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NA ORIENTAÇÃO SEXUAL

É na família que a criança vive suas primeiras experiências em relação à sexualidade. Por isso a família não pode ficar fora do que é planejado na escola.

Segundo PCN “Nessa exploração do próprio corpo, na observação do corpo de outros, e a partir das relações familiares é que a criança se descobre num corpo sexuado [...]” (BRASIL, [2001?], p. 81).

Para que isto seja alcançado com êxito, a família tem que estar em parceria com a escola, para que ambas caminhem juntas rumo ao desenvolvimento integral dessa criança.

De acordo com Freitas (2021), em nossa sociedade a sexualidade não tem sido dialogada de modo que as pessoas sejam instruídas a conhecê-la e aprender que o seu exercício não é inadequado ou pecaminoso. Ainda segundo o autor, o não dialogar facilita a exposição a situações de risco relacionadas ao exercício da sexualidade, além de traumas psicológicos e emocionais.

A sexualidade não é algo para se sentir vergonha, é algo natural que faz parte da criança enquanto ser humano. Portanto, isto deve ser tratado sem causar visão distorcida, pois este tema existe, todos nós passamos por este processo de desenvolvimento e crescimento, paralelamente à aquisição de novas habilidades e competências, pois, além de desenvolver o conhecimento formal, a criança também precisa desenvolver suas emoções e sentimentos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, compete à escola informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, de forma neutra e, mesmo compreendendo que a neutralidade total é difícil de ser atingida, os PCNs orientam que deve existir maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa. (BRASIL, [2001?]).

A escola precisa aplicar em suas práticas, as mudanças e as transformações que ocorrem na fase da puberdade, para que este assunto não seja um mundo desconhecido e tão temido pelas crianças. É necessário que as crianças compreendam as mudanças ocorridas consigo mesmas, estabelecendo regras e conhecendo seu corpo.

Seu papel é estabelecer laços afetivos entre família e escola e vice-versa. A escola é considerada espaço de acolhimento e aprendizado, onde os alunos são protagonistas do seu processo de desenvolvimento, crescimento e amadurecimento. As instituições prezam pela aquisição da autonomia que gera inúmeros benefícios na vida da criança.

É preciso que os professores sintam a necessidade de abordar a temática com maior frequência e naturalidade. A educação oferecida pela escola deve ampliar conceitos e horizontes, estabelecendo e criando possibilidades para que as crianças se desenvolvam no seu tempo e da melhor maneira possível.

Em relação ao comportamento das famílias, duas posições são mais comuns. As que são totalmente contra a orientação sexual na escola e as que terceirizam esta função para a escola sem nenhum tipo de envolvimento.

A família tem terceirizado a educação dos seus filhos, atribuiu toda responsabilidade de formação crítico-reflexiva à escola, porém essa não é a atitude adequada, o correto é haver a parceria entre família com a escola para formar um indivíduo que esteja apto a se posicionar de maneira independente diante da sociedade, inclusive em relação à sua sexualidade e temas afins. (GONÇALVES, 2009 apud CARVALHO; JARDIM; GUIMARÃES, 2019, p. 23).

Considerando que é função da família transmitir seus valores particulares acerca da sexualidade aos filhos, à escola cabe ampliar este conhecimento levando em consideração a diversidade de valores existentes na sociedade, para que o indivíduo tenha a capacidade de refletir e encontrar um ponto de autorreferência, de modo a lhe possibilitar o desenvolvimento de atitudes coerentes com os valores que ele mesmo elegeu para si (BEIRAS; TAGLIAMENTO; TONELI, 2005 apud RODRIGUES, 2016).

É fundamental que a escola seja um campo aberto ao diálogo, de modo que seja possível oferecer orientação e acesso a informações precisas sobre a temática, com um discurso adequado a cada faixa etária e que seja capaz de auxiliar no processo de formação e de tomada de decisão do educando, conforme descobre a sua sexualidade (MIRANDA; BARROS, 2019, s. p.).

É necessário que a escola seja capaz de proporcionar o acesso a informações atualizadas. A instituição, enquanto espaço de socialização e ampliação de conhecimentos, tem que demonstrar todo apoio e suporte relacionado ao tema, assim como campanhas de alerta e prevenção de riscos, por isso cabe aos educadores abordar a temática em suas práticas em sala de aula, com naturalidade, dando abertura aos seus alunos para que possam expor suas ideias.

Os professores devem fazer adaptações para que o tema não seja visto como tabu ou preconceito, mas que seja muito bem esclarecido. É preciso ter muita cautela, pois é um assunto muito polêmico que gera intrigas e causa muito constrangimento.

Há necessidade de criação de vínculos, para que as crianças possam ter consciência das transformações que estarão por vir, das mudanças que ocorrerão nesta fase da vida, para que tenham oportunidades de se conhecer, para que possam se prevenir. O acolhimento por parte da escola e dos professores é um fator importante. Neste fator a idade não importa. É vivenciada por todas as pessoas e as dúvidas, as curiosidades e os questionamentos devem ser acolhidos pelos

profissionais para que sejam esclarecidos de forma simples, clara e direta, a fim de que o conhecimento seja construído e adquirido de maneira correta.

O diálogo é o exercício natural para o desenvolvimento da relação adulta, para o encontro entre as pessoas. A escola precisa reassumir o trabalho de educação sexual, mas não para repreendê-la, e sim para mudar visões distorcidas ou negadas da sexualidade, sem, contudo, substituir a família, porque a criação não chega às escolas sem ideias, mas já com diversas inscrições acerca do sexo (MOIZÉS; BUENO, 2010, p. 206).

Boas instruções na infância fazem com que o indivíduo construa sua essência e novas concepções de forma significativa para que possa se tornar um adulto consciente e responsável. Com o auxílio dos educadores no processo de crescimento da criança, ao longo do seu processo de maturidade, ela passa a criar suas ideias e concepções, construindo assim seus próprios conceitos.

De acordo com os PCNs (BRASIL, [2001?])O papel da escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre a sexualidade possam se expressar. O trabalho de orientação sexual compreende a ação da escola como complementar à educação dada pela família.

O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente na abordagem desse tema. (BRASIL, [2001?]).

O professor, mesmo sem perceber, transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, até mesmo na forma de responder ou não às questões elementares trazidas pelos alunos. Por isso o professor precisa ter acesso à formação específica para tratar de sexualidade na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente de como atratar o tema. (BRASIL, [2001?]).

É preciso que haja muita cautela e naturalidade ao se tratar do assunto, pois além de ser muito delicado, ele gera polêmicas e intrigas entre as crianças.

É através do diálogo, da reflexão e da reconstrução de informações mediadas pelo respeito a si próprio e ao outro, que o aluno conseguirá transformar, ou reafirmar, concepções e

princípios, construindo de maneira significativa seu próprio código de valores. (BRASIL, [2001?]).

Costa (2007) acredita que a escola é um ambiente propício para mediar as questões da criança e as concepções da família. A autora afirma ainda que a escola é um ambiente acolhedor onde pode proporcionar à criança lidar com suas fantasias, frustrações, rejeição, depressão, agressões e agressividades, sem sentimento ambivalente de amor-ódio. Em relação ao desejo, a criança vai redimensionando suas ações e sentimentos, integrando na formação de sua personalidade aspectos adquiridos na relação com o outro (apud CARVALHO; JARDIM; GUIMARÃES, 2017, p. 24).

A escola é um ambiente muito favorável relacionado à aprendizagem e transmissão de conhecimentos, mas pode ser considerada espaço que contribui para com a formação integral da criança. Um dos maiores fatores que geram efeitos positivos na educação e desenvolvimento da criança é a condição para o bem estar global do indivíduo, que vai muito além da refeição e da regularidade de exercícios físicos.

As crianças tem direito a uma vida saudável em todos os aspectos para que conheçam o seu lugar no mundo e como encarar a vida. Disponibilizar um ambiente propício à comunicação interpessoal é essencial no processo de desenvolvimento da criança.

Para que a orientação sexual aconteça de forma adequada é muito importante o investimento na formação de professores. É o que veremos no próximo tópico.

3.1 A formação de professores

Como o professor é o protagonista na condução do processo pedagógico na sala de aula, ele deve estar preparado para enfrentar todos os desafios que um tema transversal pode suscitar.

Freitas (2021) defende que o investimento nesta formação já deveria começar com os currículos que formam professores, abordando temáticas como a sexualidade humana dando atenção a como elas podem ser empregadas no processo de ensino e aprendizagem nas escolas.

A formação continuada, para Figueiró (2011), refere-se às propostas ou ações voltadas em primeira instância, para aprimorar a prática profissional do professor que já está em sala de aula. Diz respeito a todas as formas deliberadas e organizadas para este fim. (apud LEÃO, 2018).

O professor intervém de várias formas. Cabe aos docentes transmitir informações e conceitos relevantes que contribuem para com a formação do indivíduo. A escola é considerada

um ambiente de preparo e formação, onde todos nós nos tornamos cidadãos responsáveis, cabe à escola e aos educadores abordar a temática com mais frequência. Para isto, há necessidade de englobar mais o assunto, promover familiaridade, estabelecer vínculos e abordá-lo com maior frequência e naturalidade. Em relação aos professores e demais funcionários, estes devem ter uma formação específica para saber lidar com os questionamentos e indagações que serão apresentados pela criança, que é muito curiosa e esperta por natureza. O ambiente escolar é um espaço socializador e interativo, onde há troca de saberes e construção de conhecimentos, por conseguinte, ele deve proporcionar as mais variadas informações, considerando que as mídias estão muito mais expostas na nova era e com isso a notícia se espalha com maior facilidade, principalmente entre crianças. O tema sexualidade amplia os laços afetivos entre pais e filhos, professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem, onde ocorre aprendizagem em conjunto, em que um aprende com o outro por meio de compartilhamento de experiências e vivências.

É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do assunto, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. (BRASIL, [2001?]).

A formação continuada contribui muito nesse processo, pois a partir dela o professor passa a compreender melhor a vida da criança e suas fases. É preciso que o docente esteja bem preparado tanto para poder orientar-se, como também poder dar uma orientação correta aos seus alunos.

4 CONCLUSÃO

Retomando o objetivo desta pesquisa proposto no resumo: discutir a importância da escola trabalhar a orientação sexual no Ensino Fundamental I a partir do que propõe a legislação, pode-se concluir que a sexualidade é vista como parte da essência humana. Assim, esta temática deve fazer parte das discussões em sala de aula. Os Parâmetros Curriculares Nacionais colocam a

orientação sexual como um tema transversal. Como os temas transversais se preocupam com os processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, deduz-se que a orientação sexual é considerada de alta relevância porque faz parte de toda a vida dos sujeitos. Tanto os PCNs como a BNCC apontam o respeito a si e ao outro como elemento fundamental nas relações sociais. E este é um caminho importante para trabalhar a orientação sexual em todas as disciplinas.

A escola tem como papel, além da transmissão de conteúdos curriculares, formar o cidadão para que ele seja capaz de construir sua identidade e assim possa viver de forma autônoma e segura. É neste mesmo espaço que a criança se expressa em relação a tudo a sua volta, e isto acaba exigindo formação sólida por parte dos docentes que precisam saber se posicionar frente ao assunto. Por isso, para trabalhar a orientação sexual como tema transversal, as escolas precisam investir na formação dos novos professores e na formação continuada de quem já está atuando na docência.

SEXUALITY IN CHILDHOOD FROM THE LEGISLATION: the role of the school in sexual orientation

ABSTRACT

This article is justified because the school is an institution that should be concerned with the integral formation of students. From this perspective, children begin to express their curiosity about sexuality at school, through their affective relationships, according to the context in which they are inserted. Therefore, the objective of this research is to discuss the importance of the school working on sexual orientation in Elementary School I, based on what the legislation proposes. This purpose was achieved through bibliographic research especially in legislation, books and scientific articles. The data indicate that the official documents propose that sexual orientation be addressed as a cross-cutting theme, especially in a multidisciplinary way, since the theme involves several dimensions of the person and is also influenced by the historical context. The professor is a fundamental person in this process of exploration and discoveries, it is up to him to discuss, guide and clarify all the questions proposed by the students, thus, he must present prior knowledge on the subject, considering the difficulty of approaching the subject.

Keywords: *sexual orientation. PCN. BNCC Cross theme.*

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Orientação Sexual. Brasília-DF: Ministério da Educação, [2001?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da criança e do adolescente.** Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. **Diário Oficial da União,** Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CARVALHO, L. G. L.; JARDIM, M. C.; GUIMARÃES, A. P. M.. Educação sexual na perspectiva dos temas transversais: uma revisão de literatura. **Educationis,** [S. l.], v.7, n.2, p.19-29, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

FREITAS, Gabriela. **Orientação Sexual na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Estado do Paraná.** 2021. 34 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas), Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Santa Helena, 2021.

LEÃO, Andreza Marques de Castro. A in/formação do gestor escolar para lidar com situações de sexualidade. **Nuances: estudos sobre Educação,** Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 2, p.85-103, maio/ago., 2018.

MIRANDA, Jean Carlos; BARROS, Márcia Graminho Fonseca Braz e. Abordagem do tema sexualidade no ambiente escolar. **Revista Educação Pública,** [S. l.], v. 19, nº 4, 19 fev. 2019. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/4/abordagem-do-tema-sexualidade-no-ambiente-escolar>>. Acesso em: 05 out. 2022.

MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas, segundo professores do Ensino Fundamental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 1, n. 44, p. 205-212, 2010.

RODRIGUES, Beatriz. Sexualidade Infantil: Desafios da Escola Contemporânea. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S. l.], Ano 1, v. 8, p. 17-28, set. 2016.

RYCKBUSH, Claudia Gil. **A roda de conversa na educação infantil**: uma abordagem crítico-colaborativa na produção de conhecimento. 2011. 237 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.